



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ata n.º 6

4.ª Sessão ordinária da Assembleia Municipal de Portalegre, realizada em 29 de abril de 2022

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Portalegre e no auditório do Centro de Congressos da Câmara Municipal, reuniu a Assembleia Municipal de Portalegre com a presença dos seguintes membros: Luís Miguel Casqueiro Romão, Albano Varela e Silva, Ricardo Jorge Palmeiro Romão, Rui Jorge Batista Martelo, Maria da Conceição Barradas Grilo, Adriano Manuel Alface Bailadeira, Célia Maria da Silva Carreiro, Raúl Alberto Carrilho Cordeiro, João Pedro Cachiço Ribeiro Luís, Amândio José Valente e Valente, Maria da Conceição Ceia Miranda, Diogo Aragonêz (em substituição de Artur Jorge Correia, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Filipa Barroso Viegas, Ana Isabel da Costa Meira, Sara Maria Esteves Luís Sardinha, Ana Sofia Carita de Oliveira Miguéns, Marco António Serra Antunes, João Paulo Carreço Brazão, José Cordas Barradas, António Alegria (em substituição de Francisco Correia Tavares Garcia, nos termos do artigo 78.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação), Carla Lucinda Raposo Mocito, Célia de Jesus Soares, Marília Lacão (em representação de Luís Miguel Candeias Ricardo, nos termos da alínea c), do artigo 38.º, da Lei n.º 169/99), Henrique Manuel Esteves Santinho, Jaime Alexandre da Silva Fitas, Bruno José Marchão Calha, Francisco Manuel Frutuoso Carriço, Raquel Alexandre Reizinho Carita Castelo.-----

O presidente da mesa, Luís Romão, cumprimentou todos os presentes na sala e deu início aos trabalhos, eram vinte e uma horas e quinze minutos. Foi verificada a existência de quórum.-----

Intervenção do público

Não houve intervenção do público.-----

Período antes da ordem do dia:

No uso da palavra, Amândio Valente cumprimentou os presentes e, em representação do grupo político da CDU, disse terem uma moção para apresentar à mesa.-----

Moção – CDU (Amândio Valente)

“Os valores da revolução do 25 de abril de 1974, que se fez com cravos e nos conduziu à democracia em que vivemos há 48 anos, mantém a atualidade neste mundo em constante mudança. A revolução de abril, que trouxe o povo à rua e que nos concedeu a liberdade, na sua plenitude, libertando os presos políticos e terminando uma guerra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

que nos entristecia, concedeu-nos a possibilidade de festejar o 1.º de maio, iniciando o agora consolidado poder local, ofereceu-nos a possibilidade de vivermos num país livre, que se quer cada vez mais justo, no qual todos os direitos sejam respeitados.

Pelo que, relembrar a revolução do 25 de abril e celebrar, dignamente, esta festa da democracia, é assumir o compromisso de participação cívica da implicação de cada um, nas suas conquistas e na proteção dos valores que dela emergiram.

A Assembleia Municipal de Portalegre, reunida em 29 de abril de 2022, delibera:

- Congratular todos os portalegrenses, de todas as idades e opções políticas que, com a alegria da liberdade, participam nas iniciativas que assinalaram a data;
- Saudar o 48.º aniversário do 25 de abril e 1.º de maio e o património de transformações sociais, económicas culturais e políticas;
- Reafirmar o espírito de serviço público que, há 48 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais a benefício das populações cuja ação deixou marca indelével no poder local;
- Defender o poder local e democrático, na sua autonomia e capacidade de realização, a bem da construção de uma sociedade mais justa e solidária.”

No uso da palavra, Sara Sardinha cumprimentou os presentes e disse que o grupo municipal do PSD/CDS não concordava com a moção anterior, não pelo seu conteúdo, mas pela altura em que estava a ser apresentada.

Entendiam que o 25 de abril tinha sido comemorado condignamente, em sessão solene daquela Assembleia Municipal, onde todos os partidos políticos e movimentos independentes tiveram o direito e oportunidade de mostrar e dizer tudo o que queriam dizer. Portanto, não iriam, de modo algum, desvalorizar a sessão solene ali feita.-----

Raúl Cordeiro, em nome do PS, disse não terem nada a opor, em relação á moção apresentada. -----

Amândio Valente referiu que a sua presença e a de muita gente na sessão solene, já realizada, era sinal de reconhecimento da solenidade do ato, do respeito pela mesa e pela Câmara Municipal de Portalegre que estiveram à altura da dignidade da data. Sublinhou que uma coisa não tinha a ver com outra.

A moção era para ficar em ata, sobre o assinalar do 25 de abril, em Assembleia Municipal ordinária, valorizando toda a herança da revolução dos cravos e que teve no país e, em particular, na cidade de Portalegre. -----

Voto de pesar – Dr. António Oliveira:

“A Assembleia Municipal de Portalegre propõe um voto de pesar pelo falecimento de António Oliveira.

António Joaquim André Tavares de Oliveira, natural de Envendos, concelho de Mação, nasceu a 11 de julho de 1964 e faleceu no dia 28 de março de 2022, aos 57 anos.

Cedo veio para Portalegre, onde estudou e se licenciou na Escola Superior de Enfermagem de Portalegre.

Exerceu a profissão de enfermeiro, ao longo da sua vida, no Hospital Dr. José Maria Grande. Foi em Portalegre que formou família e residiu até à sua morte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Na sua vida partidária destacou-se como militante ativo, ao serviço do PSD, desde 1999. Desempenhou os mais variadíssimos cargos partidários e políticos, ao longo de duas décadas.

Foi presidente da Junta de Freguesia de S. Lourenço, em Portalegre, entre 2001 e 2013 e chefe de gabinete da presidência da Câmara Municipal de Portalegre, entre 2005 e 2008 e entre 2012 e 2017.

No quadriénio 2017-2021, António Oliveira assumiu funções de vereador, em regime de substituição, no executivo da Câmara Municipal de Portalegre.

Atualmente, António Oliveira era membro da Assembleia Municipal de Portalegre, eleito nas listas da candidatura PSD/CDS-PP.

António Oliveira foi também, desde há vários anos, colaborador da Rádio Portalegre no programa “Real e político” e na rubrica “Desabafos”.

Foi presidente do Rotary Club de Portalegre, no ano de Rotário 2007/2008.

Quem com ele teve oportunidade de privar e de trabalhar conheceu um homem que merece um profundo respeito e admiração de todos. António Oliveira, apesar de discreto, tinha uma presença marcante. Era um homem inteligente, educado e com pensamento crítico.

Pelo seu percurso e exemplo de vida, quer a nível profissional, quer a nível de intervenção cívica, propõe-se que a Assembleia Municipal delibere:

- Aprovar o presente voto de pesar, pelo seu falecimento;
- Manifestar à família enlutada, as mais sentidas condolências;
- Observar um minuto de silêncio, em sua homenagem.”

Raúl Cordeiro disse que o PS não podia, obviamente, deixar de se associar ao voto de pesar. Todos tinham tido uma relação especial com o Oliveira. Ele era seu colega e amigo e tinham partilhado muitos momentos.-----

Amândio Valente disse que se associava, duplamente, ao voto de pesar, tanto numa condição de respeito democrático, como de amizade. Para a democracia em Portalegre o António Oliveira iria fazer muita falta.-----

Adriano Bailadeira disse que, obviamente, a CLIP se associava àquele voto de pesar. Para além da salutar discussão democrática, António Oliveira tinha conseguido estreitar laços de amizade com todas as pessoas com que se ia cruzando. Se havia pessoa que tinha direito a um voto de pesar tão unânime, era ele. -----

Amândio Valente perguntou à presidente da Câmara, quanto ao núcleo museológico de S. Francisco, quanto é que tinha custado a obra, a coleção “Sequeira” que constituía a exposição permanente do mesmo, assim como todos os serviços prestados de conservação, o catálogo, etc. Perguntou, inclusive, se a dívida à EDP já tinha sido paga.

A presidente da Câmara cumprimentou todos os presentes e disse que a situação do núcleo museológico se encontrava na mesma. Desde que tinha assumido funções, a EDP não reivindicou nenhuma dívida relativa ao contrato.

Entendia que algo teria de ser feito e, obviamente, podia solicitar aos serviços que facultassem os elementos que fossem precisos. Sublinhou que o espólio deveria ficar visível e teriam de se debruçar na solução daquela situação.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Amândio Valente disse que lhe tinham entregado um conjunto de fotografias sobre o estado em que estava o telhado da antiga fábrica de lanifícios. Sublinhou que, em termos ambientais, a degradação do mesmo estava a tornar-se um problema que devia ser considerado, pois poderia estar a ser libertado amianto para a atmosfera e para os solos. Perguntou à presidente da Câmara se tinha conhecimento daquela situação. ----

A presidente da Câmara disse que, efetivamente, aquele espaço estava encerrado há muitos anos e num estado de degradação avançado. Não sabia dizer, concretamente, qual o impacto que as partículas de amianto poderiam causar no ambiente, pois não era especialista na área. Salientou que o imóvel não era propriedade do município. No entanto, qualquer pessoa, poderia apresentar queixa nos organismos competentes. ----

Raúl Cordeiro perguntou à presidente se já tinha novidades relacionadas com a fábrica Robinson. Lembrou o facto de já estar inscrito, na estratégia de revisitação do “Portugal 20-30”, um projeto de reabilitação daquele espaço, com uma verba associada. -----

A presidente da autarquia recordou que aquela questão do Espaço Robinson, como todos bem sabiam, era das mais delicadas e debatidas e, no entanto, nunca foi encontrada uma solução. Obviamente, o assunto não seria descurado, mas a solução continuaria a ser difícil de encontrar. -----

Ordem do dia:

1 – Informação da presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2 do artigo 25.º do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;

Raúl Cordeiro perguntou à mesa se poderia fazer uma sugestão acerca da ordenação dos pontos da ordem. Sugeriu que fossem agregados os pontos 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14 e 15. -----

O presidente da mesa concordou e disse que também tinha pensado em juntar os vários pontos referentes aos relatórios semestrais das juntas de freguesia, os quais poderiam ser debatidos com a proposta. Propôs que os pontos 18 e 19 também fossem discutidos em conjunto. Perguntou se alguém se opunha. -----

Filipa Viegas, em nome do grupo municipal do PSD - CDS/PP, fazia um balanço positivo do trabalho realizado pelo atual executivo, o qual estava em funções há apenas seis meses, mas que revelou já um enorme empenho e compromisso responsável, ao serviço dos nossos munícipes.

O caminho que tinha vindo a ser trilhado e consolidado por este executivo, a capacidade de desbloquear problemas que se arrastavam há demasiado tempo e as opções corajosas que tinham vindo a ser tomadas, marcavam já um novo rumo no concelho, revelando outro dinamismo, ação e força.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

O grupo municipal do PSD - CDS/PP congratulou-se pelo trabalho realizado nos últimos seis meses, pelo atual executivo, o qual revelava já um compromisso na promoção da qualidade de vida dos munícipes. Um trabalho responsável na gestão e aplicação dos recursos financeiros, sem comprometer o equilíbrio financeiro da autarquia e que revelava uma orientação estratégica determinada em criar bases para uma dinâmica local forte no concelho, geradora de mais dinamismo, mais emprego e melhores condições de vida. Mais referiu que, do trabalho dos últimos seis meses, destacavam-se as obras na escola Cristóvão Falcão, sem se ter perdido o financiamento previsto na candidatura (2.8 milhões); assim como as infraestruturas do loteamento da Ratinha, processo também desbloqueado pelo atual executivo; a remodelação do Centro Social e Jardim Infantil de S. Cristóvão; a alteração à tabela de taxas e licenciamento, de modo a garantir maior competitividade no concelho.

Elogiaram a candidatura levada a cabo, destinada a desenvolver e dinamizar o Centro de Artes e Espetáculos de Portalegre (300.000 €) para reforçar a oferta cultural; também o retomar da Feira de Doçaria Conventual; o reforço na limpeza urbana e a requalificação dos espaços verdes e ainda o acompanhamento de proximidade com as juntas de freguesia, resolvendo inúmeras situações apresentadas.

Por último, enalteceram o empenho no acolhimento a refugiados provenientes da Ucrânia, num total de oito famílias.

Estavam, pois, certos de que todos ambicionavam um futuro melhor para o concelho e congratulou-se de que o município de Portalegre se tinha assumido com um novo rumo político e estratégico para o crescimento e progresso da cidade.-----

Albano Silva disse que aquele era o documento político do município. No entanto, os olhos que o liam e os projetos que cada um tinha para a sua terra era variável, para diferentes pessoas.

Salientou que no que respeitava à política de habitação para a zona histórica havia um acordo do programa “Primeiro Direito à Habitação”, que no relatório mencionava a reabilitação de 125 fogos de habitação social municipal desocupados, havia 24 fogos de habitação social municipal ocupados, fogos devolutos, bem como a aquisição e reabilitação de fogos. Portanto, era um acordo programa de banda larga, importante para o desenvolvimento da zona histórica. No relatório também dizia que tinham sido definidas prioridades, embora não apontasse quais. Gostaria que a presidente da autarquia dissesse quais eram, assim como se estavam pensados mais fogos para se poder colocar estudantes estrangeiros, no sentido de dar um ar mais cosmopolita à cidade e mais atrativo.

Em relação à cultura, referiu que aquele relatório já continha mais informação do que o anterior, bem como na fruição dos equipamentos municipais.

Quanto à questão do associativismo disse que era imperioso um plano estratégico e financeiro, negociado com as diversas associações, com base nos planos de atividades e num levantamento das necessidades das mesmas. Por outro lado, um plano, em sede do Conselho Municipal de Cultura, para reativar todas as associações culturais. Por último, um plano estratégico com base na disposição e capacitação de cada associação para trabalhar com as escolas e formar jovens nas diferentes áreas culturais, assim como um outro plano com base na contrapartida da Câmara Municipal para criar um gabinete que acompanhasse as associações na construção de projetos de financiamento para fazer face aos projetos de desenvolvimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Disse ainda que a Câmara Municipal podia trabalhar para potenciar as associações se conseguir apoiar a busca de projetos para programas de desenvolvimento que permitam às mesmas tornarem-se mais autónomas e independentes nas suas atividades.

Em relação à área do desporto, referiu que a sugestão era praticamente igual à anterior. Era fundamental que a Câmara de Portalegre criasse uma estrutura que possibilitasse o diálogo entre as associações desportivas.

Um outro aspeto que sublinhou foi o da juventude, reforçando a ideia já anteriormente falada de reativação do Conselho Municipal da Juventude, de modo a perspetivar um futuro coletivo para Portalegre.

Por fim, na parte das infraestruturas municipais, mais propriamente a requalificação da Av.^a Francisco Fino, chamou a atenção para o facto da demora daquela obra estava a causar imensos problemas, sem se ver o desenvolvimento esperado. Perguntou à presidente da Câmara se o eixo da obra iria incluir uma ciclovia que potenciase a utilização de bicicletas para acesso, em segurança, de alunos da residência dos Assentos para o Campus Politécnico. Aquela Avenida poderia ser um bom exemplo de boas práticas, bem como um primeiro ensaio para a mobilidade elétrica e para o desporto regular dos habitantes da cidade.

Relativamente ao mercado municipal mensal, disse que fazia sentido por si só, mas podia também trazer, do ponto de vista turístico, muito mais pessoas se fosse repensado o encerramento de alguns estabelecimentos, no terceiro domingo de cada mês.

Quanto à taxa de execução baixa, nas três candidaturas apresentadas, disse ser relevante e não estava nenhuma relativa ao PRR. Provavelmente, já teriam sido feitas. Saliu em destaque que a do projeto das tapeçarias e do ponto de Portalegre, no valor de 341.000€, era imperiosa de incluir a património imaterial da humanidade, para se poder dar novo fôlego turístico e para se encontrar uma saída para produtos endógenos da região.

Concluiu, dizendo que o PS continuava bastante preocupado de não haver ainda nenhuma informação sobre a Robinson e o espaço inerente.-----

A presidente da Câmara, quanto às várias questões colocadas, começou por dizer que, relativamente aos fogos sociais municipais, já foi feito um levantamento e iriam apresentar as candidaturas para aprovação, o mais breve possível. Quanto à residência para estudantes no centro histórico, o município apresentou uma candidatura ao PRR, que já tinha passado a primeira fase e que estaria a ser analisada, na segunda fase.

Ainda em termos do PRR, tinham também aprovada a candidatura da rotunda de acesso à futura ampliação da zona industrial, perto de onde será instalada a escola da GNR, financiada em cerca de metade do valor (200.000€). Mais disse que apresentaram recentemente uma outra candidatura ao PRR, sobre os bairros digitais, em parceria com a Nerpor.

Em relação à candidatura das tapeçarias de Portalegre, já contratada há algum tempo e com algum montante, mas que não tinha tido desenvolvimento, sublinhou que já estava a ser executada. Na sua opinião também fazia todo o sentido a candidatura a património imaterial da humanidade.

A candidatura referente ao programa “Primeiro Direito” disse que estava a ser orçamentada para ser posteriormente apresentada a candidatura, para que fosse possível reabilitar as habitações. O município era proprietário de alguns focos de habitação devolutas, no centro histórico, as quais pretendiam recuperar, quanto antes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação à cultura, disse que as associações já estavam a ser devidamente acompanhadas e tinha-lhes sido pedido o plano de atividades e já tinha reunido com a maioria delas. O município estava disposto a apoiá-las, dentro do que era possível, uma vez que, no ano em curso, ainda haveria escassez de verbas.

Quanto à reativação do Conselho Municipal da Juventude, disse que tinha já assumido o compromisso e foram oficiadas as entidades que iriam fazer parte do mesmo e a primeira reunião seria marcada para maio.

Quanto à obra da Av. Francisco Fino, referiu não estava parada, embora a taxa de execução ainda não chegasse aos trinta por cento. No entanto, tratava-se duma obra difícil de executar porque não se parou o trânsito normal da mesma. Saliu que o término estava previsto para finais de junho e que grande parte do montante era referente às pavimentações. Acrescentou que estava prevista e iria ser concretizada a tão falada ciclovia.

Por último, disse que o mercado mensal passou por tempos difíceis e estava a ser feito um esforço, junto dos feirantes, para se reanimar o mesmo. Sublinhou a importância do mesmo na revitalização da economia local. Mais referiu que estava a ser ultimada a redução do valor das taxas a ser pago nos terrados. Além duma maior abordagem com a restauração, para demonstrarem maior consideração e haver uma cidade aberta a receber as pessoas nos domingos.-----

Albano Silva chamou a atenção à presidente da Câmara porque nunca disse ali que o município não apoiava as associações culturais. Disse sim que era necessário um plano estratégico para as tornar mais independentes e mais autónomas.-----

Carla Mocito, relativamente à participação na sessão pública de apresentação da Comissão de Cogestão do Parque Natural da Serra de S. Mamede, perguntou à presidente da Câmara Municipal qual o ponto da situação com a associação de municípios do mesmo e que medidas ativas se tinha tomado.-----

A presidente da Câmara Municipal disse que a sessão pública, ocorrida a 11 de março, serviu para explicar aquilo que irá ser o modelo de cogestão do Parque Natural.

A questão da associação de municípios era outra questão. Pretendia-se dinamizar o Parque e, enquanto associação, poder elaborar candidaturas. Aquela associação foi pensada há uns anos e aguardava apenas pela resolução do município de Portalegre e a escritura iria ser feita brevemente. Depois, com os corpos sociais constituídos, dariam nota do respetivo plano de atividades. As medidas concretas ainda não estavam a ser aplicadas.-----

O vice presidente, António Casa Nova, referiu que na reunião em que esteve presente foram apresentadas as propostas de candidatura para a altura em que o modelo de cogestão for apresentado e, a partir dali, seriam eleitos os corpos sociais e elaborado o plano de atividades.-----

Amândio Valente disse que a lógica de agrupamento dos parques naturais enfraqueceu o Parque Natural da Serra de S. Mamede. Eventualmente, os quatro municípios poderiam acordar entre si e dotar o Parque Natural com uma estrutura local que correspondesse à identidade e riqueza patrimonial e ecológica do mesmo.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Por outro lado, em relação à transferência de competências na área da ação social, perguntou ao executivo se estavam salvaguardados os recursos financeiros para o efeito.-----

A presidente da Câmara referiu que, com aquela passagem para os municípios, não reconhecia uma vantagem para os municípios, porque as competências passavam mas as verbas não. Sublinhou que na área da educação, a partir do próximo ano letivo, os refeitórios passariam a ser responsabilidade dos municípios e os agrupamentos não estavam interessados em geri-los, além de que a verba que o ministério estava disponível a transferir, por cada refeição, era manifestamente insuficiente (1,46€). Se o município tiver de pagar por cada refeição cerca de 2,00€+iva, implicava subsidiar o Estado em mais de 100.000€ por ano, sem a garantia de ser possível fornecê-las.

Portanto, o défice era enorme e ou o município suportava a diferença, ou o serviço a prestar será de má qualidade, infelizmente. Gostaria de acreditar que a Associação de Municípios terá a capacidade de reivindicar junto do Governo Central as melhorias desejadas.

Ao nível da ação social passava-se o mesmo, pois entendeu-se protocolar com a Cruz Vermelha Portuguesa para ser feito o trabalho e colaboração necessária para com a população. Contudo, nem os municípios nem a Cruz Vermelha estavam minimamente satisfeitos com as verbas atribuídas.-----

Adriano Bailadeira referiu que seria importante repensar-se uma estratégia para a cultura porque, muito provavelmente, o trabalho coletivo das próprias associações iria crescer. Não só por terem maior apoio financeiro, mas porque trabalhariam em rede, de forma diferente.

Perguntou à autarca se as associações que não concorressem àquele tipo de apoio pontual estariam elegíveis para os eventos ou iniciativas agendadas pelo município. Na sua opinião, mais de metade das associações não se iriam candidatar àquela fase.

Quanto ao relatório municipal, questionou a presidente acerca do conteúdo das reuniões que teve com investidores, de modo a perceberem quais as consequências das mesmas.

Por último, quanto a algumas empreitadas que já tinham terminado, perguntou à presidente da Câmara o que faltava para estarem disponíveis para o público, nomeadamente, a incubadora de empresas não tecnológicas, o Centro Cultural e Recreativo do Núcleo Histórico de Portalegre e a Piscina Municipal dos Assentos. -----

A presidente da Câmara disse que concordava, plenamente, com a aplicação de uma estratégia para as associações e tentar estimulá-las a procurar financiamentos comunitários.

Sublinhou que havia uma candidatura de cerca de 300.000€ já aprovada para a cultura, mais propriamente, para o CAEP.

Acrescentou que as associações que apresentassem os seus planos de atividade seriam contempladas com o apoio. No entanto, a verba era diminuta e o município não podia guardar uma grande “fatia” para quem se apresentasse muito posteriormente.

Relativamente às reuniões com os investidores, referiu que quando os projetos tivessem maturação suficiente para poderem ser divulgados daria nota dos mesmos ali. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Ricardo Romão, em relação ao relatório, mais propriamente os fogos de habitação social, perguntou à autarca quais eram os 125 fogos sociais desocupados. Na sua opinião, aqueles fogos não existiam, porque na estratégia apresentada, há uns meses, iam tipificados individualmente apenas 24 fogos desocupados.

Quanto a determinadas afirmações proferidas, disse que não eram congruentes com aquilo que a presidente ali repetia, sistematicamente. Saliu o facto de aquela ser a quarta reunião da Assembleia Municipal e havia ali coisas que necessitavam ser esclarecidas. Como por exemplo: onde estava o novo rumo político que foi indicado pelo atual executivo. No atual relatório da atividade municipal, não conseguia encontrar uma linha nova, a não ser projetos já em execução ou cujo início já estava previsto.

Em conclusão, referiu que não havia ali claques nem equipas e que as coisas deviam ser feitas de forma séria, sem esquecer de dizer que algumas delas tinham um histórico, o qual estava registado. Muitos dos presentes sabiam de antemão que muitas das situações ali elencadas já vinham detrás, assim como não era correto dizer que havia obras paradas, simplesmente. Algumas aguardavam documentação e pareceres de entidades oficiais, como era normal. -----

O presidente da mesa disse que considerava as palavras do membro Ricardo Romão, no entanto não deveria ter posto ali em causa a seriedade de alguns relativamente à de outros. Aquela não lhe parecia a forma mais adequada de se estar naquela Assembleia Municipal. -----

A presidente da Câmara, em relação ao número de fogos, disse que estava errado e que, de facto, eram 19 fogos devolutos. As restantes casas estavam ocupadas, nas quais iriam ser feitas intervenções.

Quanto à intervenção do membro em que apontou não haver uma única coisa nova, deu o exemplo dos bairros digitais; a nova residência de estudantes, etc.

Concluiu, dizendo que cada um defende quem tem de defender. -----

Sara Sardinha recordou aos presentes que o executivo tinha um orçamento de cerca de 9 milhões, em que um terço do mesmo ia para salários, um terço para despesa e o último para obras e projetos que já estavam lançados pela CLIP, mas que estavam a ser pagas no atual executivo.

Por outro lado, não lhe parecia que existissem ali claques de futebol, pelo menos no seu grupo partidário, e, portanto, gostaria que existisse mais respeito por aquela Assembleia e pelos seus membros. -----

Ricardo Romão não teve intenção de ali faltar ao respeito a ninguém. Tinha o direito e o dever de falar naquela Assembleia Municipal. Havia coisas que tinham de ser ditas daquela forma, sem rodeios. No entanto, se alguém se tinha sentido incomodado com as suas palavras, pedi-a desculpa. -----

Carla Mocito, perguntou à presidente da Câmara acerca dos valores da empreitada no Castelo da cidade e da situação da proteção da obra. Era triste o facto de estar fechado e impedir que se disfrutasse da vista sobre a cidade.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Relativamente aos percursos pedestres, questionou se todos iriam ser alvo de limpezas. Na rota das cascatas, perguntou também para quando o acréscimo de quilómetros na mesma, para os turistas poderem usufruir das belezas do Parque Natural. Por último, perguntou à autarca se já poderia dizer aos eleitos do que é que constavam as festas da cidade e se já tinham programa elaborado.-----

A presidente da Câmara disse que o Castelo se encontrava com muitas debilidades, de há muitos anos, e foi entendimento do município colocar uma rede de proteção. Posteriormente teria de se optar por uma recuperação do que existia ou um projeto distinto. A decisão teria de ser unânime pois tratava-se de um monumento muito importante e que tinha de ser reaberto quanto antes, em segurança.

Quanto aos percursos pedestres disse que o que tinha sido limpo primeiro foi o que se encontrava intransitável, naquele caso, o de Alegrete.

Relativamente à Rota das Cascatas, disse estar praticamente executado e foram cerca de 15 km reabilitados.

Por fim, em relação às Festas da Cidade, anunciou que o programa sairia dentro em breve e iria contemplar muitas atividades, durante os quatro dias principais.-----

2 – Ata n.º 4, relativa à reunião realizada em 25 de fevereiro de 2022;

Não houve intervenções a registar.-----

3 – Classificação de diversos imóveis como Monumento de Interesse Municipal (MIM); – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.02.2022 –

Amândio Valente perguntou à presidente da Câmara porque é que não tinham colocado o edifício da Cooperativa Operária Portalegrense naquela lista.

A segunda questão era para tentar saber a situação do Café Alentejano. Saber se o investidor inicial mantinha o interesse na recuperação do espaço.-----

A presidente da Câmara disse que a listagem dos imóveis, aprovada em sede de reunião de Câmara, era aquela. Contudo, parecia-lhe bem que a Cooperativa Operária fosse incluída na lista e iriam debater a questão.

Em relação ao investidor do Café Alentejano referiu que o mesmo esteve presente numa reunião de Câmara, mas no mandato anterior. Não conhecia a pessoa em causa, nem sabia quais as suas intenções futuras.-----

O presidente da mesa, não havendo mais intervenções sobre aquele ponto, disse que iriam discutir os pontos 4, 6, 7, 8, 9, 10, 14 e 15 em conjunto.-----

4 – Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Junta de Freguesia de Fortios relativo ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.03.2022 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

5 – Extinção da Associação para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital;

- Deliberação da CMP de 14.03.2022 –

Albano Silva recordou que a Assembleia Intermunicipal também já tinha aprovado aquela extinção, por unanimidade. Era o procedimento que tinha de ser feito, por todos os executivos, de todos os municípios, e todas as Assembleias. -----

6 – Relatório semestral enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, no âmbito do Auto de Transferência de competências – Para

conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

7 – Relatório semestral (2.º semestre de 2021), enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras - Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

8 – Relatório semestral enviado pela Freguesia de Fortios, no âmbito do auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

9 - Relatórios semestrais (2021) enviados pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião relativos ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

10 – Relatórios semestrais enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião, no âmbito do auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

11 - Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Amândio Valente, pela leitura do documento em causa, perguntou ao executivo se eram empresas ou eram pessoas particulares que deviam mais de 360.000,00€ de águas aos SMAT. -----

A presidente da Câmara sublinhou que, perante o problema da pandemia, os vários municípios foram impedidos de cobrar as dívidas da água, aos consumidores. Pelo que houve um avultar de dívida. -----

Laura Galão, enquanto presidente dos Serviços Municipalizados, esclareceu que o valor que estava em dívida, respeitante às empresas, era de 65.000,00€ e outros consumidores era de 292.000,00€. Aquele valor tinha acumulado dívidas de anos anteriores. A dívida direta dos clientes aos SMAT, atualmente, era na ordem dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

70.000,00€. Acrescentou que, no relatório e contas dos serviços, aparecia o valor acumulado que ascendia aos 300.000,00€. Portanto, aquele valor tinha a ver com o não pagamento dos serviços prestados relativamente à faturação dos serviços de águas, saneamento e resíduos sólidos.

Mais disse que a lei que se manteve em vigor até 31 de março previa que, no âmbito do Covid, pudesse ter havido uma espécie de “perdão” em relação à dívida dos clientes e sem poderem efetuar cortes no fornecimento do serviço. A lei em questão terminou a 31 de março e a partir dali reiniciaram os cortes e as cobranças. Sublinhou que existiu sempre a possibilidade dos clientes requererem planos de pagamentos faseados, sem dar lugar ao corte efetivo da água. Os SMAT estavam já a proceder à recuperação dos valores em dívida.-----

Raúl Cordeiro perguntou se em anos anteriores aqueles números iam acompanhados da listagem das dívidas referentes às entidades. Já ali tinham discutido a questão de irem ali referidas na lista determinadas entidades que, na sua opinião, não deveriam estar lá mencionadas, como por exemplo os Bombeiros Voluntários, do Rancho da Boavista, etc.

Salvaguardando a necessária proteção de dados, seria interessante ter uma desagregação, relativamente às entidades, assim como de estudar aquelas dívidas de forma diferente das restantes.

Laura Galão disse tratar-se de uma questão técnica à qual não conseguia ali responder. Entendia que aquela especificação estava nos documentos entregues e, analisadas as contas, deveria haver alguma explicação técnica para ali constarem.

No entanto, poderiam averiguar se as nomeações das entidades poderiam sair daquela documentação. De qualquer forma, aqueles documentos eram analisados pelo revisor de contas e, supostamente, tudo tinha de lá constar.-----

A presidente da Câmara entendia que a questão colocada era o porquê de não estar ali a listagem. Contudo, a listagem existia e, provavelmente, não teria sido facultada a todos os membros.-----

Laura Galão disse que a listagem em causa poderia ser enviada a qualquer momento.-

Raúl Cordeiro disse ter colocado a questão apenas porque, em anos anteriores, e em determinada altura, não tinham tido acesso a uma série de dívidas de água, nem às respetivas entidades devedoras.-----

O presidente da mesa disse que, havia ali dois pontos a reter: o primeiro era a presença, ou não, da listagem, o que até seria bom, para não se ter em consideração as referidas entidades que prestam serviços à população; o segundo seria haver acordo para os SMAT permitirem os pagamentos de forma faseada.-----

Raúl Cordeiro voltou a colocou a questão de outra forma: as entidades de âmbito cultural, recreativo, etc. estavam naquela listagem, ou não.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Laura Galão disse que estavam todas as entidades com as quais havia um contrato de fornecimento de serviços, por parte dos SMAT e que estavam como devedores. -----

Raúl Cordeiro perguntou ainda se o tratamento feito àquelas entidades era semelhante a todo e qualquer consumidor dos serviços. -----

Laura Galão respondeu afirmativamente e disse que havia um regulamento de prestação de serviços, o qual era aplicado a qualquer cliente dos SMAT. Tinham direito ao plano de pagamentos faseado. Havia alguma abertura para que as entidades e os clientes pudessem, de acordo com as suas possibilidades, efetuar um plano de pagamentos e, portanto, o regulamento era aplicado de igual modo a todos os clientes. -----

A presidente da Câmara disse que tudo o que era faturado estava naquela listagem. Os SMAT não podia tirar da mesma, fosse uma entidade, fosse um particular. No entanto, para que pudesse sair alguma, teria de ser o município a fazer o pagamento do valor aos SMAT, conforme acontecia noutras situações. -----

12 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre de uma parcela de terreno com a área de 81,99 m², sita na Rua 1.º de Maio, União de freguesias da Sé e São Lourenço;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Não houve intervenções. -----

13 – Relatório anual de atividades da CPCJ de 2021 – Para conhecimento;

Ana Miguéns, em nome do grupo do PS, salientou a necessidade de apresentação daquele relatório, pelos seus autores, ou melhor, era importante perceber os números. Em 2021, os números, a nível nacional, relativamente à violência doméstica nas crianças e jovens, aumentaram drasticamente. Aumentou, inclusive, a violência sexual e muito devido à pandemia. Contudo, em Portalegre, os números diminuíram.

Sublinhou que seria importante haver uma apresentação, da parte dos técnicos, para que se pudessem perceber melhor aqueles dados, até porque poderia haver alguma fragilidade, relativamente à CPCJ ou problemas associados.

Acrescentou que, enquanto pertenceu ao núcleo hospitalar de apoio a crianças e jovens em risco e uma das grandes dificuldades era a comunicação externa com outras entidades, quanto à sinalização de casos.

Salientou que a ULSNA era a primeira porta aberta, quer a nível da urgência, quer noutros cuidados e nem sequer ia referenciada pela entidade principal sinalizadora, naquele relatório. -----

O presidente da mesa referiu que na última conferência de representantes, discutiram o regimento daquela Assembleia Municipal e os autores do relatório eram técnicos do município, a coordenadora da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens era



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

funcionária da autarquia. O que ficou definido na conferência foi que os técnicos do município não poderiam apresentar documentos que iam às sessões da Assembleia Municipal de Portalegre.-----

Amândio Valente recordou que há uns anos, a Assembleia Municipal tinha solicitado a presença da presidente da CPCJ, a qual não tinha conseguido estar presente e veio o professor Camejo em sua representação. A intenção era perceber e confrontar os técnicos que elaboraram o documento em causa acerca da real situação, quer do trabalho da comissão, quer dos impactos sociais que se abatem na comunidade. Por outro lado disse não concordar, na totalidade, com aquilo que disse o presidente da mesa, porque a ideia com que tinha ficado, aquando da conferência de representantes, foi de que seria a Assembleia Municipal a decidir se chamavam, ou não, os técnicos da CPCJ. Portanto, achava que a sugestão do grupo do PS seria fiável.-----

O presidente da mesa disse que não discordava do que disse Ana Miguéns e acrescentou que estavam naquela Assembleia para compreender melhor todos os assuntos, no interesse dos portalegrenses. Na realidade, referiu ter havido alguma relutância, em alguns pontos, em haver apelo a técnicos do município de participar nas sessões da Assembleia Municipal.-----

Raúl Cordeiro sublinhou que aquela questão colocava-se ano após ano. O relatório em causa era considerado importante e, na sua opinião, merecia ser interpretado e apresentado. Não tinha de ser, obrigatoriamente, a presidente da CPCJ a apresentá-lo e a secretária daquela comissão não era funcionária do município. Mais referiu que existia uma figura que o presidente da mesa podia adotar, que era suspender momentaneamente a Assembleia e um membro externo à mesma apresentava o relatório e retomava-se depois a sessão. Concluiu, dizendo que não se tratava apenas de um conjunto de folhas e de números. Havia circunstâncias que não estavam explícitas e mereciam melhor tratamento, até no sentido de saber se existiam constrangimentos no funcionamento daquela Comissão. Sugeriu que o relatório fosse discutido na próxima reunião da Assembleia Municipal, convidando-se a CPCJ para o efeito. -----

O presidente da mesa entendia que podiam reagendar aquele ponto para a próxima conferência de representantes e, posteriormente, à Assembleia de junho, solicitando-se a alguém da CPCJ para ir apresentá-lo.-----

Amândio Valente se a Assembleia Municipal iria chamar a CPCJ e não a técnica. -----

Adriano Bailadeira, em relação à conferência de representantes, disse que era importante decidir já ali, porque se fosse para acontecer para a próxima reunião, o ponto teria de ser retirado. -----

O presidente da mesa disse que o ponto não ficou fechado e poderia ser reaberto numa Assembleia futura, visto que não ia ter deliberação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

14 - Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Freguesia de Urra relativo ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 11.04.2022 –

15 - Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Freguesia de Urra relativo ao auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 11.04.2022 –

16 - Relatório e contas de 2021 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Raúl Cordeiro disse à vereadora Laura Galão que os valores anteriormente mencionados não eram de águas, mas sim de transportes e alguns, nomeadamente, de apoios a associações. Disse também que poderia haver ali uma questão legal, a qual tinha a ver com a prescrição dos direitos de crédito referentes a serviços públicos (águas, telecomunicações e similares).

Quanto ao relatório e contas, havia um problema, já ali discutido, que dizia respeito à gestão estratégica, ou melhor, ano após ano, estava-se a ver uma fase em que as receitas provenientes do serviço de águas compensavam o défice dos transportes, contudo, atualmente assistiam ao facto de ambos serem deficitários.

Ao ver o plano de atividades não se conseguia vislumbrar a dita estratégia, já ali falada, para os SMAT. Não houve modernização.

Acrescentou que houve um intervalo de tempo em que o PS incorporou o conselho de administração dos SMAT e conseguiu-se um plano plurianual de investimentos, o qual deu resposta a várias correções que havia a fazer. Contudo, voltaram a entrar numa fase em que as operações nas águas eram deficitárias, assim como nos transportes.

Sublinhou que mesmo o preço da água, o qual era tabelado pelos normativos da ERSAR não estava a ser refletido no próprio consumidor e fazia muita falta que o município de Portalegre decidisse sobre uma regulamentação de atribuição de compensação por obrigação de serviço público, nomeadamente na área dos transportes.

Portanto, achava ser altura da autarquia pensar seriamente naquela questão, mesmo em termos dos transportes sustentáveis e das emissões zero.

Por ser um documento técnico, o seu grupo iria votar favoravelmente. -----

A presidente da Câmara disse concordar, em parte, com a intervenção anterior. Perguntou porque é que deveria ser o município a assumir uma compensação por obrigação dum serviço público e pagar aos SMAT. Em termos financeiros não iria melhorar a situação e o problema apenas mudava de sítio, dos SMAT para o município. Saliu que a autarquia não tinha capacidade para sustentar uma situação daquelas. Embora admitisse que os SMAT não estivessem bem, com dois anos seguidos de prejuízos, referiu que a solução não passaria por ali. -----

Laura Galão, relativamente à estratégia dos SMAT, disse que a mesma passava por três pontos básicos: em primeiro lugar existiam taxas de substituição com infraestruturas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

envelhecidas muito baixas; outra situação por resolver tinha a ver com a ausência de redes separativas no concelho, ou melhor, a cidade e o concelho tinham uma zona montanhosa substancial e com bastante riqueza de água subterrânea, com águas pluviais infiltradas na rede de saneamento. Outro dos pontos estratégicos tinha a ver com o facto de que, há vários anos, a taxa de inflação do serviço em alta não tinha sido atualizada nas tarifas dos serviços, ou melhor, os SMAT tinham sistematicamente absorvido o diferencial do pagamento em alta com aquilo que se cobrava aos clientes, em baixa.

Sublinhou que o concelho estava envelhecido e com pessoas que tinham dificuldades financeiras e, primeiro que tudo, a estratégia teria de passar por haver uma resposta, a qual acabava por ser social, na prestação de um serviço público.

Mais referiu que, naturalmente, os serviços de transportes gostariam de ser mais ecológicos, no entanto, existiam problemas graves e prioritários para solucionar. Atualmente, os SMAT nem tinham 90% de taxa de atendimento, quer de saneamento, quer de abastecimento de águas, o que significava que havia zonas do concelho com áreas geográficas em que os munícipes não estavam ligados aos sistemas.

Relativamente às contas de 2021 e apesar das dificuldades da pandemia, referiu que os SMAT não deixaram de ter disponibilidade de serviço.

Concluiu, dizendo que o resultado líquido negativo tinha crescido cerca de 100.000,00€, que tinha a ver com a situação dos transportes e com o facto de o ano de 2021 ter sido muito chuvoso, tendo prejudicado a fatura em alta, na parte do saneamento.-----

Raúl Cordeiro disse que a questão ali não era da dívida passar de um lado para o outro, porque se os SMAT tiverem resultados negativos, quando fizessem as contas consolidadas, o prejuízo seria incorporado. Portanto, a principal questão era de natureza estratégica. Era preciso dizer aos portalegrenses se iriam continuar a ter transportes públicos em Portalegre, ou não e se, ao contrário do que estava a acontecer noutras sítios, iriam passar a pagar, tendencialmente, os transportes ou se iriam passar a tê-los gratuitos. Era necessário ser-se criativo, como acontecia noutras cidades. -----

17 - Prestação de contas e relatório de gestão de 2021 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Raúl Cordeiro disse que embora aquele relatório se referisse a um exercício anterior àquele mandato, havia ali um dado importante, o qual tinha a ver com as transições dos saldos de gerência. Entendia que uma Câmara Municipal que chegava ao fim de um ano com cerca de um milhão de euros de saldo de gerência era porque tinha deixado qualquer coisa importante por fazer.

Portanto, enquanto a questão técnica estava resolvida, havia uma série de estratégias adotadas no final do ano passado que, de forma preocupante, deixaram a indicação do que poderia ser o futuro, nomeadamente quando procederam ao pagamento de dívidas a 20 anos com taxas de juro baixíssimas, cujo serviço da dívida era cerca de 80.000,00€ e se optava por pagá-la ao invés de a gerirem e aumentarem a capacidade de investimento no ano seguinte.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Em relação ao orçamento, realçou que estavam a terminar um quadro comunitário e estavam já a projetar um próximo e ter capacidade de ter dinheiro para o fazer era muito importante, caso contrário, perdiam poder de investimento para os próximos anos. Por último, quanto à estratégia de revisitação do Programa 2030, feita ainda na vigência do anterior mandato, recordou que o que lá viram inscrito foi a reabilitação do Espaço Robinson, a estratégia local de habitação, a reabilitação da Escola José Régio, a valorização do Castelo de Portalegre e a questão do Centro de Formação da GNR, pelo que era preciso ter-se boa capacidade para a participação. -----

A presidente da Câmara Municipal, em relação ao saldo de gerência, disse que a questão foi largamente discutida e, no final do ano, foi entendimento daquele executivo proceder ao pagamento do empréstimo bancário do mercado municipal e que era o que tinha a taxa de juro mais elevada. Sublinhou que os números falavam por si e que 2021 teve um desvio enorme, relativamente ao que estava previsto ser executado.

Ao nível das receitas, referiu que correram dentro do previsto mas, por outro lado, nas receitas de capital que se perspetivavam cobrar, houve uma taxa de execução somente de 54%, o que correspondia a uma diferença de 4 milhões de receita não arrecadada e que teve a ver com o grande atraso de todas as obras que foram colocadas no plano de atividades e orçamento do ano transato, mas que não foram executadas.

Quanto ao saldo de gerência e ao montante que estava disponível no final do exercício (936.102,00€) poderia ter sido maior se não houvesse o pagamento da dívida. Contudo, foi intenção do executivo diminuir o valor da dívida global do município (14.022.000,00€), porque o índice de endividamento ainda era muito elevado e a roçar o limite imposto pela lei das finanças locais (15.000.000,00€).

Mais disse que aquele foi o ano certo para abater a dívida, além do que era exigível todos os anos. Contudo, o pagamento da dívida total não era o que os movia, mas sim fazer obra e resolver muitas das questões que estavam por resolver na cidade e obviamente sabiam que o recurso aos fundos comunitários era a fórmula certa e a que se procurava aplicar, com os apoios de 85%. No entanto, existia o facto de muitos dos investimentos que se pretendiam fazer não tinham enquadramento nos fundos comunitários. Havia muitas estradas degradadas; uma piscina municipal que tinha de ser recuperada e que dificilmente conseguiram fundos comunitários para o efeito, etc. Concluiu, referindo que os números falavam por si e acrescentou que tinha sido um ano que, em termos de impostos, correu muito bem para o município, principalmente ao nível da receita de IMT, o que ajudou muito o exercício em causa. -----

18 – 1.ª Revisão modificativa ao orçamento de 2022 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

19 – 1.ª Revisão modificativa às grandes opções do Plano de 2022 da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Raúl Cordeiro realçou que daquela revisão resultaram um conjunto de melhorias muito importantes para Portalegre, sob as quais o PS tinha já vindo a referenciar há algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

tempo. No entanto, desapontava-o o facto de serem o único grupo político a intervir no ponto em que estavam englobados três grandes desígnios para o município e os seus habitantes: o novo relvado sintético junto ao estádio municipal e a reabilitação das bancadas do Estádio Sousa Lima, bem como a obra no cemitério da freguesia de Urra. Em resultado daquela alteração referiu que também ficavam ali inscritos cerca de 200.000,00€ numa rubrica designada de “Empreitadas de viação rural”, salvo erro, na qual gostariam que a presidente da autarquia especificasse onde e como seria aplicada a verba. -----

A presidente da Câmara esclareceu que aquela primeira revisão ao orçamento era uma proposta da sua responsabilidade e não da oposição, a qual contemplava várias situações: as infraestruturas do loteamento da Amoreira, na Urra; aquisição de viaturas; requalificação do piso sintético do campo de treinos do estádio municipal; renovação dos equipamentos dos parques infantis do concelho; conservação das vias municipais com empreitadas de 200.000,00€ numa estrada, que acabava por ser absorvido; manutenção e reparação de elevadores; projeto para a requalificação integral da bancada do Estádio Eduardo Sousa Lima; renovação de equipamentos desportivos e informáticos; ampliação do cemitério da Urra; remodelação dos sanitários públicos; cartão do idoso, transportes; esterilização de animais no canil e gatil municipal; transferência para a CIMAA para pagamento da participação nos Jogos do Alto Alentejo; obras por administração direta, remendagem e sinalização de vários edifícios; manutenção de equipamentos municipais, etc.

Portanto, aqueles 936.000,00€ seriam aplicados em todos aqueles projetos e não apenas nos referidos membro Raúl Cordeiro. Sublinhou que foi a própria a apresentar a proposta, em reunião de Câmara. -----

Raúl Cordeiro disse que não iria discutir questões formais. Naturalmente que a proposta da revisão era da presidente da autarquia. Contudo, a própria deveria ter a gentileza de reconhecer e confirmar que aquelas três rubricas atrás referidas foram por proposta do Partido Socialista. -----

A presidente da Câmara referiu que, de facto, aquelas três questões foram também abordadas pelo PS, aquando da elaboração do plano de atividades e orçamento e foram aceites por todos, foi unânime. No entanto, as mesmas já estavam contempladas. O executivo tinha rubricas gerais que lhes permitiam ir mais à frente, assim como outras rubricas que lhes permitiam fazer intervenções variadas, como era o caso da conservação das vias municipais/empreitadas, em que não era referida a rua ou a estrada a ser pavimentada.

Portanto, não havia mal algum quando se dialogava com a oposição e se chegava a um acordo. Sublinhou, que durante as reuniões de Câmara já efetuadas, a grande percentagem de propostas, quer suas, quer dos vereadores, eram aprovadas por unanimidade. Aceitava, de bom grado, o diálogo que fosse necessário com a oposição. Concluiu, afirmando, uma vez mais, que aquela foi uma proposta da sua total responsabilidade. -----

Raúl Cordeiro disse que se podia fazer um orçamento, introduzindo todas as rubricas que se quisesse, com valor zero. Posteriormente, a medida concretizava-se se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

colocassem alguma verba na rubricam. No entanto, se a rubrica se mantivesse sempre a zero não passaria de um projeto de intenções.

Aquelas rubricas estavam abertas sob propostas em orçamento, com um valor zero e tinham sido reforçadas ultimamente, para que pudessem ter algum grau de execução.-

O presidente da mesa fez uma pausa de dez minutos nos trabalhos. -----

Deliberações:

Moção relativa ao 48.º aniversário do 25 de Abril do 1.º de maio (CDU)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com dez votos contra, aprovar a moção. -----

Declaração de voto - PS (Raúl Cordeiro)

“É a primeira vez que ouço isto na Assembleia Municipal, em todos os anos que pertenço à mesma, em que assisto a um voto contra o 1.º de Maio.”

Declaração de voto - PSD/CDS (Sara Sardinha)

“O Grupo Municipal do PSD/CDS votou contra esta moção, não pelo conteúdo da mesma, mas pela altura em que está a ser apresentada.

O 25 de abril foi comemorado condignamente em sessão solene desta Assembleia onde todos os partidos políticos e movimentos independentes, eleitos democraticamente, tiveram oportunidade de se expressar.

O Grupo Municipal do PSD/CDS não é contra o 25 de abril nem o 1.º de maio, mas acredita que esta moção vem desvalorizar a sessão solene desta assembleia do dia 25 de abril.”

Voto de pesar (Dr. António Oliveira)

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar. -----

2 – Ata n.º 4, relativa à reunião realizada em 25 de fevereiro de 2022;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com duas abstenções, aprovar o ponto. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

3 – Classificação de diversos imóveis como Monumento de Interesse Municipal (MIM); – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.02.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

4 – Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Junta de Freguesia de Fortios relativo ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 14.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

5 – Extinção da Associação para o Desenvolvimento de Portalegre Distrito Digital;

- Deliberação da CMP de 14.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

6 – Relatório semestral enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras, no âmbito do auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

7 – Relatório semestral (2.º semestre de 2021), enviado pela União de Freguesias de Ribeira de Nisa e Carreiras - Contrato Interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

8 – Relatório semestral enviado pela Freguesia de Fortios, no âmbito do auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

9 - Relatórios semestrais (2021) enviados pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião relativos ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

10 – Relatórios semestrais enviado pela União de Freguesias de Reguengo e São Julião, no âmbito do auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

11 - Declaração de compromissos plurianuais, pagamentos e recebimentos em atraso dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

12 - Desafetação do domínio público para o domínio privado do Município de Portalegre de uma parcela de terreno com a área de 81,99 m2, sita na Rua 1.º de Maio, união de freguesias da Sé e São Lourenço;

- Deliberação da CMP de 28.03.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

13 – Relatório Anual de Atividades da CPCJ, de 2021 – Para conhecimento;

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

14 - Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Freguesia de Urra relativo ao contrato interadministrativo – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 11.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----

15 - Relatório semestral (2.º semestre de 2021) enviado pela Freguesia de Urra relativo ao auto de transferência de competências – Para conhecimento;

- Deliberação da CMP de 11.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

16 - Relatório e contas de 2021 dos Serviços Municipalizados de Águas e Transportes da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

17 - Prestação de contas e relatório de gestão de 2021, da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

18 – 1.ª Revisão modificativa ao orçamento de 2022, da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

19 – 1.ª Revisão modificativa às grandes opções do plano de 2022, da Câmara Municipal de Portalegre;

- Deliberação da CMP de 19.04.2022 –

Deliberação: a Assembleia Municipal de Portalegre tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar o ponto. -----

Aprovação em minuta:

O presidente da mesa chamou a atenção dos presentes para a necessidade de ser efetuada a votação à minuta da ata. Após votação dos membros, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

FALTAS: Não houve faltas a registar. -----

ENCERRAMENTO:

=====



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo presidente da mesa, encerrada a 4.^a sessão ordinária da Assembleia Municipal, eram 01:30 do dia trinta de abril do ano de dois mil e vinte e dois e da qual foi lavrada a presente ata, que será devidamente assinada, nos termos da lei. -----

(escrita conforme o novo acordo ortográfico)